

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2010, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO EVARISTO GARCIA, SITUADO NA AVENIDA AFONO PENA, 2336, 14º ANDAR, FUNCIONÁRIOS.

Aos quinze dias do mês de abril de 2010, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde Willer Marcos Ferreira deu início a reunião com a leitura da pauta: Informes Gerais; Abertura e verificação do número de conselheiros presentes para início da reunião; Informes da Mesa Diretora; Apresentação e apreciação do Projeto do Hospital Metropolitano do Barreiro; Assuntos Gerais. Willer Marcos abriu a reunião às 14h25, e informou que acompanhou as realizações das Conferências de Saúde Metal etapa distrital, ressaltou sobre as plenárias específicas que aconteceram ao longo da semana para a escolha de delegado, agradeceu pelo apoio dispensado referente a internação do seu filho, esclareceu que o conselho de Saúde do CGP não está funcionando e que no dia 28/04 às 10h, terá uma reunião sobre a reorganização deste conselho, informou sobre a questão do cigarro no hospital que as pessoas fumam debaixo das janelas dos quartos dos pacientes e viu alguns leitos fechados, e a ala 10,11 e 12 estava fechada, disse que são 6 leitos por ala, propôs que fosse convidado a gerente de contratos da SMSA para uma reunião na câmara técnica para rever essa situação, disse que as camas são ruins e velhas e alguns equipamentos estavam no corredor. O conselheiro distrital da Regional Oeste José Carlos informou que uma conhecida dele foi vacinar as gotas da dengue, e a mesma foi impedida pois o governo não disponibilizou a quantidade necessária, falou que a gerente da unidade de saúde comprou algumas doses, e informou que na farmácia Araújo estava vendendo as doses, o mesmo solicitou que o caso fosse averiguado. O Conselho Municipal de Saúde Jander Moreira disse sobre a composição do CMSBH, que a prejuízo em relação ao usuário, o que ele questionou na reunião passada sobre a representação dos usuários conselheiros distritais, disse que de apenas 72 conselheiros, somente 18 representantes vem dos conselhos distritais os demais vem de outras entidades legítimas, ressaltou que há necessidade da manutenção deste segmento, falou sobre a disputa de poder dos segmentos sindicais e isso permanece e enfraquece o controle social, solicitou uma readequação para que o conselho fosse fortalecido. A Conselheira Municipal de Saúde Maria das Graças disse que ficou indignada com um acontecimento ontem na sua unidade de saúde, informou que uma paciente chegou no centro de saúde com derrame pleural e o médico entendeu que a mesma deveria ser encaminhada para a UPA Norte, sendo que a paciente ficou em observação e soro terapia, ressaltou que na unidade de Saúde Jaqueline II, não tem nenhum tipo de segurança para os funcionários, disse que a nova unidade de saúde está em construção mais ainda não foi liberada, relatou sobre o acidente que aconteceu com a funcionária da unidade, ressaltou que a funcionária está trabalhando doente, sobre o padrão de trabalho dos centros de saúde que varia de acordo com a gerência, informou que está sofrendo perseguição para participar das reuniões do CMSBH, disse que sua gerente tenta impedi-la de participar das reuniões do CMSBH. O conselheiro Municipal de Saúde José Brandão Maia disse que não tem direito de vacina, e que gostaria de reiterar a solicitação que fez nas reuniões passadas sobre o relatório dos conselheiros usuários, solicitou a presença do sindicato dos médicos e da Associação Médica para esclarecer sobre o novo código de ética dos médicos, disse que veio trazer alguns dados para que o plenário tenha uma visão mais ampla do país e do que nos aflige, gostaria de encaminhar que fizesse as réplicas e que o município está muito a quem dos dados, ressaltou que na reunião passada falou das doenças crônicas, citou também a fala do conselheiro Jander sobre a situação econômica no nosso município, gostaria da constatação dos altos índices dos casos de doenças crônicas, disse sobre os estudos do IPEA que são dados confiáveis compilados pelo IBGE, 1860 municípios não tem urgência e emergências, 2780 não em vigilância sanitária subentende-se que são municípios que ainda não tem SUS, disse que estes dados tem que ser analisados. A Secretária Geral Maria Candida de Lélis comunicou que e com muita tristeza os trabalhadores da área de saúde decretaram greve hoje, disse que o sindicato está na negociação deste março para evitar esse impasse, disse que os negociantes ofereceram um índice do ano passado que era os 4% do INPC que já era para ter recebido, sabe que a população e quem mais sofre com essa situação, mais os trabalhadores não tiveram outra alternativa, e solicitou a intervenção do CMSBH. O Conselheiro Distrital de Saúde da Regional Noroeste Valdir Mattos Lima citou a fala do conselheiro Jander disse que o CMSBH tem o regimento interno e muitas vezes os conselheiros ainda não aprenderam a ler o regimento, porque as pessoas vem através das entidades e conselhos distritais mais não comparecem mais quando vai tirar representante para alguma viagem o plenário fica lotado, mais para trabalhar nas câmaras técnicas eles não aparece, disse que o regimento do conselho prever que a mesa diretora do conselho questione a ausência dos conselheiros para as reativas entidades, mais o objetivo é que as pessoas estejam presentes no CMSBH para discutir as políticas de saúde, falou sobre o pacto pela saúde, pacto da gestão que foi aprovado pelo plenário do

60 CMSBH e funciona até hoje, disse que o ministério já lançou várias portarias referente aos Pactos, e
61 os conselheiros não lêem, e que é necessário fortalecer o controle social, ressaltou que os conselhos
62 de saúde das comissões locais não comparece as reuniões, comunicou que na tabela do estado do
63 SUS os trabalhadores da saúde não tem salário definido, disse que os médicos do estado do
64 Amazônia ganham 9 mil reais, entende que é preciso fortalecer o SUS em Belo Horizonte. Willer
65 Marcos disse que o Plano Nacional de Carreiras e Trabalhos está parado em algum lugar. O
66 Conselheiro Municipal e Saúde José Coelho disse sobre a fala do presidente referente as denúncias
67 ao Hospital Júlia Kubitschek, que foi impedido de entrar do hospital, informou que no hospital não tem
68 médico e sobre controle social no hospital que não funciona, gostaria de saber sobre a verba que é
69 repassada para o hospital, disse sobre o centro de saúde que não funciona, e que o governo não
70 contrata médicos, disse sobre vacinas que estão sendo vendidas que são quase 200 reais para vacinar
71 uma família. O conselheiro Municipal Saúde Adilson de Campos parabenizou sobre a conferência
72 distritais de saúde mental, informou que as fotos das conferências estão disponíveis na secretaria
73 executiva do CMSBH, disse sobre a placa sobre o desacato ao servidor da saúde que tem que ser
74 retirada, e que os centros de saúde estão sem segurança pois os guardas municipais estão
75 desarmados. A Conselheira Municipal Maria Cristina Fiúza disse sobre a greve dos trabalhadores
76 ressaltou que existe a mesa de negociação do SUS e a função da mesa é evitar que os trabalhadores
77 cheguem a greve, disse que o trabalhador faz greve para ser ouvido e o segundo ano consecutivo de
78 greve e tem algo errado, comunicou sobre a saúde na escola que foi aprovado neste plenário com
79 uma série de ressalvas e uma delas foi a adequação de recursos humanos e materiais para a execução
80 das tarefas, mais o número de representante e quase o mesmo que não alterou em nada pois os
81 profissionais dos centros de saúde não estão olhando a pressão arterial das crianças por falta de
82 material, disse sobre o a administração públicas e muito diferente do setor privado, e que projeto
83 público tem acompanhando o CENSU, pois gastasse muito e não resolveu. O Chefe de gabinete da
84 SMSA Marcos José Mendes de Carvalho comunicou que foi verificada a questão da perseguição da
85 gerente da conselheira Maria das Graças propôs o remanejamento da funcionária, disse que esta
86 tentado diminuir o conflito porque não é bom nem para gerente nem para o trabalhador, disse que o
87 centro de saúde Jaqueline II realmente necessita de uma ampliação, disse que a gestão está
88 trabalhado para harmonizar o processo do trabalho, porque não interessa para a gestão estes
89 ambientes conflituosos registra que a gestão não está de olhos fechados e nem de braços cruzados
90 para essas situações. O 1º Secretário do CMSBH Paulo César disse que fica feliz pelo o filho do Willer
91 ter melhorado, disse que as coisas aconteceram sem nenhum privilégio, independentemente do Willer
92 ser o presidente do CMSBH, informa que as questões passadas pelo Willer a respeito do hospital
93 serão verificadas junto a FHEMIG, para buscar uma alternativa, disse que ficou surpreso com a fala do
94 José Coelho sobre não conseguir fazer um trabalho adequado no Hospital Júlia Kubitschek, disse que
95 conhece o Henrique que já foi funcionário da SMSA e atualmente é diretor do Hospital e conversará
96 diretamente com ele, sobre a questão das gotas da dengue deu uma opinião pessoal que a SMSA não
97 deveria ter entrado desta questão porque não há um nível de comprovação, e de certa maneira as
98 gotas joga contra os interesses coletivos, porque a alternativa em relação a dengue é uma saída
99 coletiva, então do ponto de vista da epidemia e enfrentado coletivamente ou não terá sucesso e aí
100 quando entra na questão das gotas, elas vão contra os objetivos para o combate a dengue, e
101 realmente não sabe se a SMSA, comprou ou não as gotas e voltará a colocar isso para a Dr. Susana
102 Maria Moreira, disse que também tem opinião que o CMSBH necessita de rever uma série de
103 processos internos, dentro do regimento internos do CMSBH, disse que em fim de mandato da Mesa
104 Diretora não tem oportunidade de fazer muitas modificações, e que no colegiado de mesas diretoras
105 será discutido a normatização do calendário das renovações das comissões locais, conselhos distritais
106 e CMSBH, será unificado o regimento dos conselhos distritais e locais de saúde, ressaltou que
107 exercem o controle social, que é um compromisso de relevância pública, disse que nunca foi utilizado
108 a tirada dos representantes que não participa das reuniões do CMSBH e que na próxima gestão fosse
109 efetivado esse trâmite, ressaltou a questão da Conselheira Maria das Graças referente ao Centro de
110 Saúde Jaqueline II já foram solicitadas na SUDECAP e também sobre o Centro de Saúde São Miguel
111 Arcanjo que as obras estão paradas e eles disseram que não tem nenhuma obra da SMSA que estaria
112 emperrada no ponto de vista de aditivo, referente a trabalhadora esta trabalhando doente isto é um
113 equívoco porque o trabalhador não pode trabalhar doente e se ela está trabalhando obrigada tem ser
114 denunciado, sobre a questão da metodologia dos trabalhos que na saúde são muitos diversificados e
115 não são tão perenes assim, pois se acontece uma epidemia o processo de trabalho tem que ser
116 mudando, existe um colegiado gestor nas unidades que são uma das estâncias que devem ser
117 utilizadas, falou sobre o novo código de ética do médico que deveria ser debatido e convidar o
118 conselho regional de medicina, referente as replicas que o Conselheiro José Maia solicitou que neste

119 tipo de debate, não tem como isso acontecer, e a forma de replicar quando são feitos debates, por
120 exemplo sobre os indicadores da saúde, acha justo as divulgação dos dados falou sobre a greve dos
121 trabalhadores e que o conselho solicite a prefeitura de BH, para que negocie para acabar com a
122 greve, disse que a mesa do SUS, tem uma prerrogativa e não trabalha com índices de reposição de
123 salarial, e particularmente e as entidades sindicais elas fundamentalmente apresentaram o palco de
124 reivindicação do ponto de vista salarial, disse que a solicitação do José coelho seja visto na CTF que
125 da um eixo mais específico na discussão, sobre a questão do Hospital Júlia Kubitschek , informou
126 sobre as conferências distritais de saúde metal, e que não ouviu nenhuma crítica, disse que os
127 participantes de sofrimento mental são ótimos e são muitos participativos e devemos aprender alguma
128 coisa neste sentido, disse sobre as seguranças nos centro de saúde, que será averiguada, e também
129 a questão da falta do manguito no programa saúde na escola, não tem como medir pressão de criação
130 com manguito de adulto, ressaltou sobre o SENSU de 2010, e que ela tem razão sobre a estrutura das
131 unidades de saúde, disse sobre o informes da mesa destaca o item 6, que e a reunião extraordinária
132 onde será discutido o Pacto pela Saúde. Willer Marcos informou sobre o tempo dos informes que
133 deveria ser de meia hora mais sempre ultrapassa, e solicitou a pontualidade de todos para o início da
134 reunião, disse sobre a presença dos conselheiros e foi feita um levantamento das presenças dos
135 usuários em média 26 usuários dos 36 presentes nas reuniões, hoje esta presente 12 dos 18 e
136 estamos com uma média de 60%. O Conselheiro Municipal de Saúde Romeu Pires informou que o
137 Conselheiro Distrital de Saúde da Regional Norte Rosalindo faleceu na segunda feira. Deram início a
138 apresentação da Dr. Lidia Tonón sobre o Hospital Metropolitano, onde foi realizada a explanação do
139 Projeto do Hospital Metropolitano do Barreiro, informou que o mesmo consta no Plano Macro
140 Estratégico 2009-2010, no eixo3 – Rede Complementar de Urgência e Hospitalar, referente á
141 ampliação da oferta de leitos e serviços de atendimento, e sobre o objetivo do Plano Sustentador do
142 Hospital Metropolitano e na região do Barreiro, até o ano de 2012, esta vinculado a municipalidade,
143 com financiamento tripartite, e será disponibilizado de 300 leitos para serviço de atendimento para
144 urgência e emergência e internações em Clínica Médica e Cirurgias, em todos os níveis de
145 complexidade, sendo todos os procedimentos regulados pelo SUS-BH, após a apresentação foi feito a
146 leitura dos pareceres da Câmara Técnica de Financiamento, pelo Coordenador José Coelho. A
147 Câmara Técnica de Financiamento reunida no dia 06 de abril de 2010, para apreciação do Projeto do
148 Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, do Projeto Arquitetônico e suas Perspectivas de gastos na
149 execução, apresentado por Dra. Lídia Mara Tonon, gerente do projeto e Marcelo Torres. Os
150 Conselheiros presentes recomendam a aprovação do citado projeto com as seguintes
151 recomendações: Que após o estudo elaborado pela equipe do Banco Nacional de Desenvolvimento
152 Econômico e Social (BNDES), seja enviado a CTF planilha com os gastos na manutenção e gestão
153 predial, bem como da prestação de serviços de apoio para análise da concessão administrativa;Que
154 um conselheiro da CTF, do segmento de usuário participe da comissão de acompanhamento. Belo
155 Horizonte, 06 de abril de 2010. Após a leitura do parecer da CTF o Coordenador da CTCAM Jander
156 Moreira fez a leitura do parecer. A Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização reunida
157 no dia 07 de abril de 2010, para apreciação do Projeto do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, do
158 Projeto Arquitetônico e suas Perspectivas de gastos na execução, apresentado por Dra. Lídia Mara
159 Tonon, gerente do projeto e Marcelo Torres. Os Conselheiros presentes recomendam a aprovação do
160 citado projeto com as seguintes recomendações:Sugerimos a inclusão de parágrafo único no artigo 1º
161 da minuta do projeto de lei em anexo, que “fica vedada na concessão prevista no caput deste artigo,
162 quaisquer serviços assistenciais de saúde”;Que seja realmente estudada a construção de uma creche,
163 como questão de humanização .Belo Horizonte, 07 de abril de 2010. Após a leitura do parecer da
164 CTCAM foi feita a leitura do parecer da CTGFT pela coordenadora Cleide Donária. A Câmara Técnica
165 de Gestão da Força de Trabalho, reunida no dia 09 de abril de 2010, para apreciação do Projeto
166 Sustentador do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, apresentado por Dra. Lídia Mara Tonon,
167 gerente do projeto. Os Conselheiros presentes recomendam a aprovação de autorização de
168 concessão com as seguintes ressalvas:Acesso ao edital da parceria público privada, para guardarmos
169 o devido direito e poder de negociação da Secretaria Municipal de Saúde com o conglomerado de
170 empresa de tão grande poder financeiro e político;Recomendamos que o contrato da parceria público
171 privado não seja por um período muito longo, a título de correção necessárias dos contratos e de
172 melhor negociação;Acesso ao estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
173 (BNDES);Reafirmamos que fica vedado a concessão de qualquer serviço assistencial;Afirmamos que
174 os servidores do Hospital Metropolitano sejam efetivados por concurso público, a exemplo do Hospital
175 Odilon Behrens que após o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) 316/05 teve que realizar concurso
176 público, e efetivar os servidores pelo regime estatutário;Reafirmamos que às estruturas funcionais,
177 reservados aos servidores tenha a devida isonomia de tratamento para as categorias. Belo Horizonte,

178 09 de abril de 2010. Foi aberto para as intervenções e perguntas dos conselheiros. O conselheiro
179 Municipal de Saúde Paulo Roberto Venâncio de Carvalho disse que foi julgado a questão do IPSEMG
180 e que o CMSBH deveria fazer uma manifestação para a municipalização do Hospital, parabenizou
181 sobre a apresentação do Projeto do Hospital Metropolitano, ressaltou que o foco desta discussão são
182 as PPP dentro do hospital, disse que tem comentado nas reuniões do CMSBH, porque tem participado
183 as conferencias de saúde mental nos municípios, e foi verificado que onde esta terceirizado a
184 alimentação nos CERSANS, tiveram 5 reclamações, e tem uma diferença muito interessante que e o
185 restaurante popular que não e terceirizado, e tem uma comida de qualidade, e tem financiamento do
186 BNDS, e que muita gente ira tira proveito disso, as PPP são interesse públicos ou privados, disse que
187 isso e condicionante tem que encaminha o projeto discriminando os valores de cada esfera, inclusive
188 na lavanderia e todos os serviços, ressaltou que não podem aprovar de forma alguma esse projeto e
189 abrir mão do artigo 37 da constituição federal, que e o regime jurídico único, ou o SUS esta para os
190 interesses públicos, ou esta para os interesses privados, ressaltou que o voto do SindSaúde e contra
191 qualquer tipo de iniciativa privada para o serviço público, propôs que o Hospital Metropolitano, seja
192 100% publico. Welson Alexandre Santos disse que em termos arquitetônicos o hospital e fantástico e
193 como membro da CTCAM, tem que conhecer as reais necessidades, sobre a questão da PPP, e
194 falando enquanto trabalhador representando o SINDBEL, onde foi realizado uma assembléia onde foi
195 votado que os trabalhadores da Prefeitura de Belo Horizonte, não aceitam nenhum tipo de
196 precarização das relações de trabalho e que e contra a qualquer tipo de PPP e iniciativa privada, que
197 os trabalhadores também tenham recursos para exercer seus trabalhos efetivamente. A conselheira
198 municipal Walderez Alves disse solicitou que seja firmado a construção e desculpação do terreno e
199 que os serviços de atenção básica e urgência e emergência, não sejam terceirizados, e sobre o
200 código de ética do medico, que toda a rede do SUS participem, resalta que os funcionários dos
201 Hospital Metropolitano sejam concursados. A conselheira Cleide Donária de Oliveira disse que esta
202 contrario ao capitalismo que quando uma empresa pequena se une com as demais, ela tem um poder
203 de negociação muito grande, citou que o eletrocardiograma da UPA Venda Nova, quebrou e a
204 manutenção do aparelho e muito caro e teme que o conglomerado de empresas que atendam ao
205 edital fique tão forte, que a prefeitura não consiga negociar, e solicitou o acesso ao edital, resalta
206 sobre o concurso públicos, e sobre os ACES que lutam para serem estatutários. O participante
207 Wagner parabenizou o projeto e resalta a importância do mesmo, e que a discussão sobre
208 contratação de funcionários irrelevantes, disse que quando contratarem os funcionários as pessoas
209 não serão os conselheiros não serão mais os mesmos, informou que o objetivo e encaminhar sem
210 amarrações e tem que considerar o publico privado. Paulo César disse que acompanhou as
211 discussões das câmaras técnicas, e houver um entendimento de todos, que esse e um hospital
212 público, e que o condicionante colocado neste momento, para a parceria publico e privado, se
213 apresenta no hospital nos serviços assistenciais, qua já acontecem que seria explorado pelo privado
214 ao invés do serviço publico alavancar o recursos específicos, esta estudando as empresas para que
215 as mesmas repasse esse recurso, ressaltou que essa reunião e importante para uma obra publica no
216 hospital, e que a figura do hospital jurídica não esta definida, mais garanti que o hospital e uma figura
217 pública , informou que e prejudicial que todos os funcionários sejam somente concursados, mais foi
218 um entendimento da câmara técnica e que em BH não tem regimento jurídico publico, faz um
219 destaque no parece da CTCAM, que o Hospital Metropolitano enquanto uma instituição pública,
220 deverá ter seus trabalhadores contratados por concurso ou seleção pública. Maria Cristina perguntou
221 se foi feito uma pesquisa junto as geógrafos porque quando o hospital estiver pronto ele vai atender a
222 população que existente na região naquele momento, disse sobre a segurança dos trabalhadores,
223 ressaltou que a sala de conservação dos medicamentos não podem ficar de fácil acesso aos usuário.
224 O conselheiro Municipal de Saúde Cristiano Gonzaga da Matta Machado disse sobre o edital, se o
225 CMSBH terá acesso antes da aprovação, ressaltou a importância do estudo do edital que permite uma
226 analise mais ampla, se o BNDS pode financiar o setor privado porque não pode financiar o publico
227 também, ressaltou que o regime estatutário e o mais apropriado, e defende o regime estatutário para
228 os trabalhadores. José Brandão Maia fez uma correção junto ao parecer da CTGFT e CTCAM, na
229 questão do BNDES que significa Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, e sobre a
230 questões arquitetônicas e de engenharia que não contempla certas questões, sobre a lavanderia com
231 maquinário, e que essa construção conseguisse abstrair todos os condicionamento, para não ocorrer
232 os erros clássicos, nas construção dos centros de saúde todos os que foram reformado e construídos
233 tem erros graves. Maria Candida parabenizou o projeto e sobre a participação da enfermagem,
234 reafirmou a posição do SINDIBEL do concurso publico, a precarização do trabalho não condiz com o
235 tamanho do projeto e vai ficar mais bonito ainda as questão dos recursos humanos. O Secretário
236 Municipal de Saúde Marcelo Gouvêa Teixeira informa que essa e um primeiro passo do processo, que

237 estão avaliando agora, e quais passos já trilharam, primeiro foi a publicação do edital de licitação
238 publica, para a primeira etapa da obra, que vai ser integralmente financiada por recursos públicos, na
239 quinta feira dia 22 esta agendado a abertura das propostas e iniciar o processo e julgamento desta
240 etapa, permitirá a assinatura do contrato para essa obra até junho ou julho, as obras estão prevista
241 para o 1º semestre de 2012, fizeram uma separação no projeto que uma parte e a super estrutura e
242 ficará para a segunda etapa, o acabamento na parte hidráulica e elétrica até a finalização completa,
243 ser fosse pela estrategia convencional necessitaria de mais ou menos 100 milhões de reais de recurso
244 publico, para o termino da obra, a estratégia proposta mediante ao sistema de concessão alavancar
245 recursos do setor privado então não esta colocado que haverá ou não recursos do BNDES, o BNDES
246 tem restrições legais de empréstimo para o setor publico, existe essa proibição do governo federal, e
247 ta previsto trocar serviços por exemplo o Hospital Odilon Behrens, João XXIII, será verificado que os
248 serviços de limpeza, portaria vigilância, já ser encontra terceirizados que isso não e uma função
249 publica, a função publica estrategia são de assistência a saúde, quanto a isso não podemos transigir,
250 frente a experiencia que a Bahia, o governo da Bahia publicou um edital, passando todo os serviços
251 para a administração privadas e este não e um modelo que BH esta seguindo, o modelo de BH e o
252 que preservar e assegura ao SUS, aquilo que e estrategio, e se o CMSBH caminhar a modelo das
253 Câmaras Técnica para aprovação desta proposta estamos, contraindo uma resposta muito forte
254 daquilo que e avanço , disse que e uma linha muito clara e definidora e estamos assegurando a
255 continuação deste hospital , e este modelo de gestão deste hospital não foi objeto de discussão em
256 nenhuma Câmara Técnica, mais será discutido posteriormente, afirma que e um hospital publico, sim
257 e 100% SUS 100% regulado, equipamento publico, que se integra a rede municipal de saúde, para o
258 custeio deste hospital, será negociado como governo federal, Estadual, Município dos entorno, para
259 financiamento deste hospital abertamente a legislação, ressaltou o grupo conceição em Porto
260 Alegre, garantia de que aquilo que esta propostos nos pareceres será regulado pelo conselho de BH,
261 disse que a proposta do Paulo César, foi um texto originalmente redigindo na camara técnica de
262 Gestão da Força do Trabalho, o texto foi alterado depois, sem convidar os conselheiros gestores, todo
263 e qualquer trabalhador será contratado por concurso público se for estatutário, ou seleção pública se
264 for emprego público, disse que não acha estrategio para a cidade firmar essa posição agora, temos
265 ainda todo um processo de discussão, o edital estará a disposição do CMSBH, e firmar essa posição e
266 caminhar na linha das camaras técnicas e se este conselho entender que o melhor método, ter
267 somente estatuario, disse que esta previsto o custeio do hospital 7 milhões mês, e interessante para
268 nós dividir esse custeio, como foi feito no Rizonleta Neves, disse que este conselho, tem a
269 oportunidade e inovar , vira a proposta de constituição da gestão deste hospital e será discutida e
270 avaliada. Lidia Tonon disse que esta previsto a área de cozinha, mas a área de lavanderia não vai ser
271 prevista, sobre a questão colocada pela conselheira Cristina Fiúza estas prevista e todas as questões
272 de segurança e foi aprovado sem nenhum adendo o projeto na vigilância Sanitárias, disse que esse
273 hospital será um norte para a contração de outros hospitais. Paulo Roberto Venâncio disse que existe
274 uma questão regimental disse que o SINDSAÚDE, colocou a questão da CTP, e não ficou clara,
275 ressaltou que foi dito que não tem impedimento para dois regimes jurídicos, disse que na constituição
276 de 1988, artigo 87, foi entrada uma ação direta de inconstitucionalidade feito pelo PC do B, PSB, e
277 pelo PT e prevalece o regime jurídico único votado pelo supremo Tribunal Federal, no dia 2 de
278 setembro de 2006, e se for votado essa questão de quebrar o regime jurídico único, e será votado
279 uma coisas inconstitucionais, propôs que seja votado o parecer da questão da construção do hospital
280 e destaca a questão do regime jurídico e da PPP nas áreas não assistenciais. Willer disse que a mesa
281 entendeu que Paulo Roberto tem uma posição contraria do parecer, e o parecer vota a favor da PPP,
282 então vai ser feita a proposta votação do parecer contra a proposta do Paulo Roberto. Foi votado os
283 pareceres 14 e15 de pois votaram o parecer 16. Paulo César disse que conselheiro tem direito de
284 discorda mais todos os três pareceres confirmam as PPP nas áreas especificas, a mesa acha que
285 devem encaminhar da seguinte forma todos os pareceres falam da PPP, mais o conselheiro não se
286 sente contemplado e a apenas um destaque em um item, poderia consultar ao plenário se dessa
287 maneira e possível encaminhar . Em regime de votação com um voto contrário e uma abstenção
288 votasse os 3 pareceres. Em regime de votação 14 CTF,15 CTCAM e 16 CTGFT. Paulo disse que vai
289 recorrer até a ultima estância para que não seja entregue para a iniciativa privada. Willer deu
290 continuidade na votação proposta 1: que os trabalhadores do Hospital Metropolitano sejam
291 contratados por concurso publica a exemplo do Hospital Odilon Berhes, DAC 3160/05. Proposta: 2, o
292 Hospital Metropolitano enquanto instituição publica deveram ter seus trabalhadores contratados por
293 concurso publico e seleção publica, ficou definido da seguinte forma 6 votos para o texto 1, e 13 votos
294 para o texto 2, que foi aprovado. Willer justificou que teria que se ausentar porque ele a Maria Candida
295 iria viajar para Campo Grande. Paulo César fez um informe sobre a Comissão da III Conferencia de



296 Saúde Mental onde foi feita uma avaliação positiva, disse que a conferencia será realizada nos dias
297 22,23 e 24 de abril, na UINI – BH. Estiveram Presentes; Adílson de Campos Braga, Antônio Carlos
298 dos Santos, Aurinho Ferreira de Matos, Cleide Donária de Oliveira, Fernanda Maria Sampaio, Heliana
299 Conceição de Moura, Heloysa Lino Vaz Despinoy, José Brandão Maia, José Coelho dos Santos, Kátia
300 Valéria dos Santos Silva, Marcelo Gouvêa Texeira, Marcos José Mendes de Carvalho, Maria Candida
301 de Lélis, Márcia Faria Morais Silva, Paulo César Machado Pereira, Paulo Roberto Venâncio de
302 Carvalho, Roges Carvalho dos Santos, Romeu Pires de Araújo, Walderez Alves Moreira, Willer
303 Marcos Ferreira, Jander Moreira da Silva, Adir dos Santos, Welson Alexandre Santos, Maria Cristina
304 Fiúza da Rocha, Jorge Ribeiro Nascimento Marques, Rosemeire Rodrigues de Souza, Flavia Neves
305 de Medeiros, Lúcia Ferreira Passos, Neide Vida Costa, Andrea Hermogenes Martins, Ana Maria
306 Caldeira Oliveira, Maria das Graças Souza Vieira, Mônica Martins Guimarães Santos, Giovana Fraga
307 Mantovani. Justificou: Angela Eulalia dos Santos, Hilda Maria Silveira M. Zschber, Lúcia Ferreira
308 Passos, Sandra Maria dos Santos. Nada mais havendo a se tratar a reunião foi encerrada às 18h30,
309 da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pela
310 Secretária Geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 15 de abril de 2010. **MCPB**